



Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

Autos nº 0728045-17.2015.8.02.0001

Ação: Exibição

Autor: Adervan da Silva

Réu: Companhia Mutual de Seguros

SENTENÇA

Versam os autos de ação para produção antecipada de provas, ajuizada por ADERVAN DA SILVA,, em face da CIA MUTUAL DE SEGUROS, objetivando a apresentação da cópia de requerimento administrativo, inerente à aquisição de seguro DPVAT.

Obtempera o autor que em 11/11/2014 sofreu grave acidente de trânsito e, atualmente, apresenta quadro de invalidez permanente parcial. Com isso, deu entrada, perante a requerida, para o pagamento do prêmio do seguro DPVAT. No entanto, ao final do processo, a documentação protocolado não foi retornada ao seu poder, tampouco teve acesso à perícia e outros documentos integrantes do procedimento.

Continua a narrativa, afirmando que necessita saber se o motivo do pagamento realizado pela seguradora foi negado, razão pela qual solicitou o documento administrativo, todavia, não obteve resposta da Ré. Diante de tal inação, ajuizou a presente ação para que a demandada seja compelida a apresentar cópia de todo o procedimento administrativo.

Juntou documentos às fls. 06/16.

Após citada, a demandada apresentou contestação. Na oportunidade, levantou a preliminar de ausência de interesse de processual, por inadequação da via eleita. No mais, rebateu o pedido de sucumbência, diante da natureza da ação, que não admite resistência.

Colacionou documentos às fls. 53/73.

Em continuidade, às fls. 62/76, a parte autora apresentou impugnação à peça de defesa, ratificando os termos da exordial.

As partes não conciliaram.

Vieram-me os autos conclusos.

Fundamento e Decido.



Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

Quanto a preliminar de ausência de interesse processual por inadequação da via eleita, arguida pela parte requerida, verifico a sua inaplicabilidade. Com efeito, o Código de Processo Civil de 2015 eliminou as cautelares em espécie, dentre as quais a cautelar de exibição de documentos prevista no artigo 844 do CPC/73, sendo que parte dos operadores do direito sustenta que a exibição de documento deve ser formulada somente incidentalmente, observando-se o disposto nos arts. 396 a 404 do CPC.

No entanto, o entendimento que vem prevalecendo no Superior Tribunal de Justiça (REsp 1803251 / SC RECURSO ESPECIAL 2018/02358233 Relator (a) Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA Data do Julgamento 22/10/2019) é que a exibição de documentos pode ser formulada incidentalmente, como prevê os dispositivos acima citados, pelo rito comum (art. 318 e segs.) ou como produção antecipada prova (art. 381).

Vale consignar que a questão referente à adequação e interesse de se ingressar com ação autônoma tendo como pedido a obtenção de documento que se encontra na posse do réu foi examinada na II Jornada de Direito Processual Civil, oportunidade em que foram aprovados os seguintes enunciados:

“Enunciado 119. É admissível o ajuizamento de ação de exibição de documentos, de forma autônoma, inclusive pelo procedimento comum do CPC”.

“Enunciado 129. É admitida a exibição de documentos como objeto de produção antecipada de prova, nos termos do CPC, artigo 381”.

Além disso, atento ao princípio da instrumentalidade das formas previsto no art. 188 e 277 do CPC, se a lei não exigir uma forma determinada para que se realize determinado ato, os que forem praticados cumprindo sua finalidade, serão considerados válidos.

Em sua narrativa, a parte autora afirmou que a apresentação dos documentos visa à análise de um eventual processo de auxílio previdenciário perante o INSS, assim como uma ação de indenização, para verificar se o pagamento do DPVAT foi ou não correto, além de conferir prestabilidade a uma pretensa ação de seguro.

Dessa forma, diante das inúmeras justificativas, afere-se o cumprimento do disposto no art. 382 do CPC/15, que preceitua:

Art. 382. Na petição, o requerente apresentará as razões que justificam a necessidade de antecipação da prova e mencionará com precisão os fatos sobre os quais a prova há de recair.



Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

In casu, portanto, entendo que tal exigência restou observada, conforme se infere da petição inicial, que foi bastante explicativa e convicta da necessidade da prova aludida.

Portanto, observo o cumprimento dos requisitos legais exigidos para o procedimento pleiteado, impondo-se o prosseguimento da prova necessária, na forma dos arts. 382 e 383 do CPC/15.

Ultrapassado essa questão, passo ao exame de mérito da causa.

No que tange ao direito postulado nesta querela, o disposto no art. 381, III, do CPC, anota que a "produção antecipada da prova" é plenamente possível quando há necessidade de prévio conhecimento de determinados fatos, para, então, verificar a necessidade ou não do ajuizamento de demanda futura. Confira-se:

Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:

I - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação;

II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

III - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação."

Destarte, sob a denominação de "produção antecipada de prova", a nova legislação processual prevê hipóteses em que há risco de prejuízo para a instrução de processo atual ou iminente, e em que a parte busca o conhecimento de fatos necessários para se convencer quanto à conveniência ou não de demandar em juízo (NCPC, art. 381, II e III).

Também, casos em que a parte age em busca de conhecimento de fatos que possam esclarecer sobre a conveniência de não demandar ou de obter composição extrajudicial para controvérsias (NCPC, art. 381, II e III).

Ademais, dá-se a antecipação de prova propriamente quando a parte não tem condições de aguardar o momento processual reservado à coleta dos elementos de convicção necessários à instrução da causa pendente ou por ajuizar. São hipóteses em que o litigante exerce a "pretensão à segurança da prova", sem contudo antecipar o julgamento da pretensão de direito substancial. O interesse que autoriza a medida se relaciona apenas com a obtenção, preventiva, da "documentação de estado de fato que possa vir influir, de futuro, na instrução de alguma ação". (in Curso de Direito Processual Civil - Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento



Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

e procedimento comum - vol. I, 56ª ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2015, p.912).

No caso concreto, o autor pretende a exibição prova relativa a cópia de processo administrativo, o qual deu ensejo perante a requerida para aquisição de seguro DPVAT, rogando vênia à posição contrária da requerida, entendendo ser cabível a medida pleiteada para que as partes tenham conhecimento amplo sobre o objeto de prova que, sem sobra de dúvidas, poderá instruir demanda futura.

Além do mais, não existe *a priori* qualquer prejuízo para a parte demandada e sua irresignação se mostra descabida, porque o fornecimento de cópia do processo administrativo é direito da parte e um serviço disponível para o beneficiário da indenização ou seu procurador devidamente qualificado, obtido por meio de requerimento a própria administradora do seguro, que não deve colocar entraves burocráticos à apresentação da documentação.

Assim, respeitando a nova sistemática processual, a qual prescreve a importância da pacificação social, racionalização da prestação jurisdicional e otimização da eficiência processual, defiro a produção da prova reclamada.

Em face dos fundamentos acima expostos, **JULGO PROCEDENTE o pedido articulado na presente ação antecipada de provas, para tanto, determino que a ré, CIA MUTUAL DE SEGUROS,, apresente a cópia do processo administrativo protocolado pelo autor, ADERVAN DA SILVA,, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de BUSCA e APREENSÃO e os consectários penais atinentes à espécie..**

Quanto ao pedido de sucumbência, verifico que a demandada resistiu à pretensão do autor, e acabou sendo vencida na cautelar para **produção antecipada de prova**. Logo, é cabível a condenação em honorários advocatícios. (Precedentes: AgRg nos EDcl no Ag 1.042.580/MG, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJe 29/11/2010; AgRg no REsp 826.805/RS, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 18/12/2007; e REsp 474.167/RS, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, relator para acórdão Ministro Castro Filho, Terceira Turma, DJ 6/10/2003). Deste modo, arbitro os honorários em R\$ 1.000,00 (mil) reais em favor do defensor da parte autora, com fulcro no art. 85 do CPC.



Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

P..I.

Após o trânsito, arquivem-se os autos.

Maceió, 25 de agosto de 2021.

Henrique Gomes de Barros Teixeira
Juiz de Direito

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1357/2021, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 27/08/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 31/08/2021, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
06/09/2021 - Independência do Brasil (ATO NORMATIVO Nº 07, DE 20 DE ABRIL DE 2021.) - Prorrogação
07/09/2021 - Independência do Brasil - Prorrogação
16/09/2021 - Emancipação Política de Alagoas - Prorrogação
17/09/2021 - à Emancipação Política de Alagoas (ATO NORMATIVO Nº 07, DE 20 DE ABRIL DE 2021 - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Juliana Trautwein Chede (OAB 52880/PR)	15	24/09/2021
Nadja Alves Wanderley de Melo (OAB 5624/AL)	15	24/09/2021

Teor do ato: "Em face dos fundamentos acima expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido articulado na presente ação antecipada de provas, para tanto, determino que a ré, CIA MUTUAL DE SEGUROS,, apresente a cópia do processo administrativo protocolado pelo autor, ADERVAN DA SILVA,, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de BUSCA e APREENSÃO e os consectários penais atinentes à espécie.. Quanto ao pedido de sucumbência, verifico que a demandada resistiu à pretensão do autor, e acabou sendo vencida na cautelar para produção antecipada de prova. Logo, é cabível a condenação em honorários advocatícios. (Precedentes: AgRg nos EDcl no Ag 1.042.580/MG, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJe 29/11/2010; AgRg no REsp 826.805/RS, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 18/12/2007; e REsp 474.167/RS, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, relator para acórdão Ministro Castro Filho, Terceira Turma, DJ 6/10/2003). Deste modo, arbitro os honorários em R\$ 1.000,00 (mil) reais em favor do defensor da parte autora, com fulcro no art. 85 do CPC. P..I. Após o trânsito, arquivem-se os autos."

Maceió, 27 de agosto de 2021.